



VII Congresso Brasileiro de
História da Educação

SBHE
Sociedade Brasileira de
História da Educação

Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil

Universidade Federal de Mato Grosso
De 20 a 23 de maio de 2013 - Cuiabá-MT

**Do Exílio dos Jesuítas Portugueses em Outra República:
Cartas, Histórias e Educação Jesuíticas e os Primeiros Anos
do Colégio Nóbrega em Recife-Pernambuco (1917-1920)¹**

Carlos Ângelo de Meneses Sousa
Programa de Pós-graduação em Educação
Universidade Católica de Brasília – UCB
cangelo@ucb.br / cangelos@uol.com.br

Palavras-chave: História da Educação Brasileira; Jesuítas; Educação.

A Companhia de Jesus, a Ordem dos Jesuítas, é sobejamente conhecida por sua atuação no campo educacional em vários países, especialmente no Brasil, pois depois de sua fundação em 1540, poucos anos após, em 1549, padres e irmãos jesuítas já estavam em missão na *Terra Brasilis*, como consequência da expansão dos territórios da nação católica portuguesa, em sua empresa de colonização. Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Antônio Vieira, Gabriel Malagrida são conhecidos expoentes, para citar alguns, dos religiosos da Companhia de Jesus do período colonial brasileiro.

Também é sabido das expulsões dos jesuítas de várias nações europeias e de seus impérios coloniais. Em Portugal de 1759, capitaneado pelo ministro português, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, foi decretado que os jesuítas fossem desnaturalizados, proscritos e expulsos. Ocorreu assim, a primeira expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses. Os movimentos antijesuíticos culminaram com a supressão papal da Companhia de Jesus em 1773 e sua restauração pontifícia, 41 anos depois, em 1814. Os jesuítas regressaram para Portugal em 1826, todavia, por um curto período, tendo ocorrido uma segunda expulsão, com o decreto monárquico de 28 de maio de 1834, no qual se promulgou a extinção de toda e qualquer instituto e ordem religiosa em Portugal e seus domínios, embora no Brasil tenha

¹ Apresentado na Mesa Coordenada “AÇÕES EDUCATIVAS E MEMÓRIAS HISTÓRICAS DOS

ocorrido apenas a proibição de novos ingressos nos noviciados e seminários. (ARAÚJO, 2010).

Há em toda a Europa, mormente, nos países em que a Companhia de Jesus atuou uma vasta e notória literatura antijesuítica (GATZHAMER, 1993). Segundo Calafate (1999, p.9) “poucos países como Portugal terão tanto interesse no efectivo conhecimento do drama histórico que constituíram as sucessivas leituras da acção da Companhia de Jesus”. Dela se fortaleceu o mito dos Jesuítas na história e na cultura portuguesa, especialmente em sua versão negativa. O fato é que com a instauração da República em Portugal no ano de 1910, reeditaram-se uma série de medidas contrárias as ordens e congregações religiosas, notadamente contra os jesuítas, que novamente foram expulsos, pela terceira vez, do território português, exilando-se em vários países europeus e no Brasil.

A antiga colônia de Portugal já havia se antecipado e, quando do retorno dos jesuítas portugueses ao Brasil, pela segunda vez, esta nação já tinha se transformado em República, desde 1889, isto é, os inicianos saíram expulsos da nascente República lusitana para a República brasileira, já com seus 21 anos.

A chegada dos jesuítas portugueses ao Brasil republicano não fora, entretanto, pacífica e sem oposições, a ponto de ter sido aqui, também, assinado um decreto pelo Presidente da República, Nilo Peçanha, proibindo o desembarque dos jesuítas expulsos de Portugal. Todavia o Supremo Tribunal Federal o considerou ilegal e os jesuítas portugueses puderam se exilar no Brasil republicano.

Este trabalho visa apresentar, sobretudo, com base em cartas escritas pelos superiores dos Jesuítas da Província portuguesa e da Missão do Brasil, como os jesuítas portugueses vindos ao Brasil, pela segunda vez, após sua expulsão de Portugal com a instauração da República, iniciaram as suas atividades educativas e religiosas nas terras pernambucanas, mormente com o Colégio Nóbrega em 1917. Adotamos o período compreendido entre 1917 a 1920, por se constituir os primeiros anos do referido colégio, bem como pela disponibilidade das fontes cotejadas. Para tal estudo foram selecionadas, em sua maior parte, as cartas do então Provincial da Província portuguesa, o Padre Antônio Oliveira Pinto, no período de 1 de setembro de 1912 a 10 de abril de 1919 e depois, como superior da Missão do Brasil no período de 3 de dezembro de 1919 a 20 de setembro de 1924, conforme Foulquier(1940).

As cartas, em tempos de *internet* e *e-mail*, certamente já não têm o mesmo espaço que outrora ocupavam na informação, na partilha, formação e fortalecimento de

laços afetivos entre indivíduos, grupos e coletividades. Contudo, elas foram e ainda são uma fonte riquíssima de pesquisa, especialmente quando se trata, na historiografia, de uma fonte primária. É um privilegiado registro de como seu remetente apercebia seu meio e, direta ou indiretamente sua época, bem como a si mesmo. A carta, como prática de escrita, de registro de intenções e comunicação, pode velar e desvelar, tanto as tramas e tessituras de uma época, quanto algo sobre quem a remete e sobre quem a recebe.

A missiva, em suas variadas formas, apresenta-se como gênero discursivo, bem como, para Bakhtin e Voloshinov (2004, p.43) “[...] cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas do discurso na comunicação sócio-ideológica”. As cartas nos possibilitam incursionar os labirintos e veredas dos pertencimentos políticos e filiações institucionais.

Antes de iniciarmos propriamente nosso intento, cabe mencionar que a Companhia de Jesus, desde as suas origens com Inácio de Loyola, teve o desvelo de registrar a vida da Ordem em suas diversas atividades (COELHO, 2006), tanto no que se refere à sua ação *ad extra*, como as atividades apostólicas na sociedade, quanto *ad intra*, isto é, suas ações cotidianas institucionais internas. Para tanto foram criados, por exemplo, as “cartas annuas” e a história das casas que deveriam ser registradas sistematicamente e guardadas em três arquivos, no da Cúria da *Societatis Jesu* - SJ em Roma, no da Província e no de cada casa. Tanto é o zelo por estes registros que, os superiores se mostram atentos para qualquer descuido e imprecisão, como podemos observar na carta do Provincial da Província lusitana, Pe. Candido Mendes, quando estava em Tuy:

A maneira que foram chegando a Tuy as cartas annuas e histórias das casas para o Procurador levar para Roma, fui-me convencendo do muito que soffre a autenticidade e perfeição destes documentos por só se escreverem, em muitas casas, no anno em que hão de ir para Roma. Em algumas era tal o descuido, que foi necessário corrigir aqui erros históricos e de latim. Por certo não foram lidas, como se devia, na consulta da casa, na qual se não deixariam passar esses erros. (MENDES, Pe. Candido. Tuy, 27 de dezembro de 1920)

A carta segue apontando detalhes das deficiências, a ponto de chegar a elementos de padronização redacional e estética, como o não percorrer os pontos prescritos e o descuido pela não utilização, em alguns casos, de “tinta preta e fixa” e o “formato e margens do papel, no número de cópias, na clareza e correção”, arremata o

Provincial escrevendo que tais fatos provaram que não se estava dando a importância devida a estes documentos e empreende uma solicitação veemente que se cumpra o esperado, inclusive agendando uma vistoria pessoal, quando de sua visita a cada casa.

Outro ponto a ser tratado aqui, previamente, diz respeito a um dos nossos principais autores das cartas cotejadas, o padre Antônio Oliveira Pinto, e ao contexto sociopolítico em que foram escritas suas correspondências.

O referido jesuíta nasceu a 30 de Janeiro de 1868, na Covilhã. Entrou no noviciado da Companhia de Jesus com 14 anos, em 12 de Agosto de 1882, e foi ordenado em 1898 em Vals-près-Le-Puy (Haute-Loire). Em termos de atuação, o mesmo, ainda em formação, foi professor de matemática e ciências naturais no famoso colégio de Campolide, em Lisboa, a partir de 1890 e, após a conclusão da Filosofia em Setúbal (1892-1895) e Teologia em Oña(1895-1897) permaneceu neste estabelecimento de ensino até 1910, época da expulsão dos Jesuítas de Portugal. Fora nomeado Provincial da Companhia de Jesus, Província Lusitana, em 1912, onde permaneceu no cargo até 1918, assumindo logo a seguir, o cargo de superior da Missão no Brasil até 1924. Enquanto Provincial residente na Europa, durante o exílio, estabeleceu a casa de escritores em Alseberg (Bélgica), posteriormente trasladada para Pontevedra (Espanha). Faleceu aos 65 anos, a 17 de Março de 1933, após regressar do Brasil em 1932, nas Caldas da Saúde (Santo Tirso). (FOULQUIER, 1940; CARVALHO, 2001).

Um dos traços marcantes de sua atuação, como professor, foi uma incursão por ele feita no campo experimental das ciências, tendo realizado experiências de telegrafia sem fios em Portugal em 1902 e técnicas de radiologia no Laboratório de Pierre e Marie Curie, inclusive com publicação de um artigo científico na Revista de Química Pura e Aplicada, em 1910; além de uma notável participação em congressos científicos internacionais. Foi também um dos fundadores da *Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais* (SPCN) em 1907. (ROMEIRAS; LEITÃO, 2012).

O contexto sociopolítico em que foram escritas suas cartas, cotejadas nesta pesquisa, datam, como já informado, de 1917 a 1920. Foram redigidas em cidades europeias, sobretudo naquelas em que abrigaram, sob a forma de Província lusitana dispersa, como Tuy e Pontevedra(Espanha) e em Salvador(Brasil). A Província portuguesa se encontrava, portanto, fragmentada e necessitando sobreviver, preservar sua unidade e continuar sua história, em outras terras em que o anti-jesuitismo não estivesse fortemente ameaçador. A situação em alguns países europeus não era

tranquila, por exemplo, na Espanha e esse, entre outros motivos, ensejou a vinda de um maior número de jesuítas portugueses para o Brasil.

Em meio a isso tudo, as cartas tinham a importância de circulação das ideias, notícias das diversas casas e missões. Assim as epístolas dos jesuítas não tinham um caráter meramente informativo, mas também de manter aquecida a memória e o ânimo, na partilha da missão entre os companheiros e fortalecendo os laços de união. Inácio de Loyola havia prescrito um conjunto de orientações para esta tarefa, que foi sistematizado na *Formula Scribendi*, inserida nas Regras da Companhia de Jesus em 1580. (RODRIGUES, 2010).

De Tuy, em uma das suas cartas ao Pe. Reitor do colégio Nóbrega, Pe. José Celestino Balazeiro, após os cumprimentos e felicitações pelo bom andamento do recém-fundado colégio, o Pe. Antônio Pinto nos apresenta alguns aspectos da conjuntura da época, conforme se segue:

Agora queria dar-lhe muitas e interessantes notícias, mas para as dar, como VR. sabe, é necessário tê-las... E na verdade poucas há. Os ministérios aqui continuam atravessando uma crise aguda por causa da guerra; a dificuldade de passaportes de Portugal para Hespanha diminuiu extraordinariamente o número de exercitantes. Mas emfim, vae-se fazendo o que as circunstâncias permittem. Este anno talvez demos aqui umas repetições de mathematica e sciencias a alguns meninos de Valença, em terceiro e quinto anno do curso dos lyceus. Isto foi a pedido de uma senhora portuguesa de Valença; e creio que é bem visto pelas famílias de Valença; e se o não fosse não me atrevia a acceder ao pedido. (PINTO, Pe. Antônio Oliveira. Carta. Tuy ,15 – IX – 1917).

Precisamente em 1917 a Europa vivia, desde 1914, a Primeira Guerra Mundial e nesse mesmo ano eclodira o levante bolchevique, que levou à Revolução Russa. A secularização crescia e como diz Hobsbawm (2006, p. 16) a Primeira Guerra Mundial assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX. Segundo ele, tratava-se de uma civilização que se caracterizava por ser capitalista na economia, liberal na estrutura legal e constitucional e burguesa na imagem de sua classe hegemônica. Nesta havia ainda uma visão marcadamente eurocêntrica, devido entre outras razões a exultação com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação, bem como no progresso material e moral. Os europeus sabiam-se berço de diversas revoluções, como a da ciência, artes, indústria e política, que se alastraram e se impuseram, por conquista, inclusive armada, em diversas partes do mundo. Os jesuítas portugueses, também como filhos de sua época, não estavam imunes a essa visão eurocêntrica.

No Brasil, por exemplo, em Pernambuco os ventos destes acontecimentos reverberaram tanto na ação pedagógica dos jesuítas, na época acolhedores e atentos a ciência moderna, visto na preocupação e zelo com as disciplinas de matemática e ciências, bem como nos conflitos e permanente tensão frente a conjunturas e ideias, que, de algum modo, os fizessem pressentir qualquer insegurança e presságio das causas geradoras de sua expulsão de Portugal.

Embora não seja objeto de nosso estudo, devido ao nosso corte temporal, mas serve aqui de indicativo para futuras pesquisas, vale destacar, conforme Azevedo (1986) a controvertida atuação política contra o comunismo do Pe. Antônio Paulo Cyriaco Fernandes que trabalhou no colégio Nóbrega de 1923 até sua morte em 1946, tendo se apresentado à sociedade pernambucana, especialmente, a partir de 1926, com suas atividades na “Liga para a Restauração dos Ideais”, uma associação patriótico-religiosa, e na direção da Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica.

Outra carta do Pe. Antônio Pinto ao Pe. José Celestino Balazeiro, mais reconhecido nos arquivos (e provavelmente no cotidiano), como Pe. Celestino, datada de 23 de fevereiro de 1917, trata explicitamente da necessidade de um bom governo do superior de uma casa da Companhia de Jesus, conteúdo certamente justificável, entre outros motivos, pela prestes fundação do Colégio Manoel da Nóbrega, na cidade de Recife no dia 17 de março de 1917, Festa de São José. Em suas palavras:

[...] Mandeí há dias um telegramma para a Bahia com a nomeação de VR. Para superior do Collegio inchoado do Recife. Hoje, com os parabéns para VR. e com uma benção muito especial para todos os seus trabalhos, vão estas linhas no cumprimento de um dever. Sabe VR. que uma das coisa mais recommendadas ao Provincial no Instituto é o formar bons superiores; e entre outras coisas, esta foi a que mais me recommendou N.M.R.P. geral na entrevista que tive com elle há pouco em Zizers, E é claro; o espírito e observância religiosa numa Província depende, em grande parte, dos superiores locaes. Se estes forem o que exige o Instituto, ainda que o Provincial seja como eu sou, tudo irá regularmente; se pelo contrario, os superiores locaes não são o que devem ser, bem pode ser o Provincial um homem de virtude e talento, bem pode escrever, trabalhar instar; muito pouco conseguirá! Além pois das razões geraes, há, para o nosso caso, motivo especial para que os superiores locaes sejam o que S. Ignacio quer que sejam.

Sendo portanto isto assim, e começando VR. agora a ser superior de uma casa, e para mim, casa que principia, cumpre lembrar-lhe algumas coisas, que certamente não lhe são desconhecidas, mas que é fácil, no labutar nos trabalhos da fundação, lhe escapem. (PINTO, Pe. Antônio Oliveira. Carta. Tuy , 23 – II – 1917 – grifos do original).

Segue a carta recordando e pontuando seis aspectos que devem ser observados nesse governo: a) a consideração; b) muita devoção; c) a ponderação nas palavras; d) a não centralização, há de se dar “a cada um certa liberdade no seu campo de acção”, embora “esta recommendação não tira a devida vigilancia do superior; mas para que esta exista, basta pôr em prática os sapientissimos dictames das regras próprias do Reitor”; e) alertava seu destinatário mencionando que “ em superiores do character de VR. pôde haver o perigo da apparecer no modo de mandar um certo tom auctoritario e impulsivo”. Para enfrentar tal possibilidade recomendou a imitação do governo de Cristo e, por fim, f) observou que sendo uma nova fundação, há de se redobrar o quanto mais possível “[...] na observância e regularidades da vida religiosa: horário, silencio, limpeza, consultas a seu tempo, etc. Tudo, é bem de vêr, feito cum fortitudine in executione, et suavitate in modo excutionis”.

A lembrança e o desejo da restauração da Companhia de Jesus em Portugal, como é o esperado de um grupo de exilados de sua pátria mãe, estavam presentes nas cartas desses filhos de Inácio de Loyola. Registro aqui uma missiva com esse teor, escrita no dia seis de março de 1918, menos de um ano da inauguração do Colégio Nóbrega, o que a nosso ver, explicita uma permanente tensão sobre a vida e continuidade da referida obra frente um possível e desejado retorno para Portugal. Manter dois colégios na Missão do Brasil exigia ter a disposição um bom número de bons e exercitados professores no modo de proceder da Companhia; e um retorno exigiria igualmente tais quadros para a restauração de colégios em Portugal. Nesta carta, uma carta circular a todos da Missão, o Pe. Antônio Pinto assim se expressa e solicita:

Ainda que em carta particular para VR. já encomendei ás orações de todos os NN. a suspirada graça de se nos abrirem as portas da pátria, resolvi agora escrever estas linhas, em carta circular, com o fim de insistir na mesma recomendação. Se amigos sinceros trabalham a nosso favor, trabalham também com afinco e ódio nossos inimigos. Cumpra portanto que, sem descurarmos os meios humanos, nos voltemos para quem só nos pôde valer, que é Nosso Senhor.

Façamos pois violencia ao céu, com orações e penitencias; imploremos em nosso favor as misericórdias do S. Coração de Jesus, recorramos a Nossa Senhora, a S. José, ao Stº Padre Ignacio [...] rogando-lhe que salve Portugal na crise tremenda da hora presente e nos alcance de N.S. a graça de cooperarmos, pelos ministerios propios da Companhia e segundo o espirito de nossa vocação, na grande obra de regeneração e salvação da nossa patria.

Neste mês invoquemos com especial fervor a S. José; e desejo que a novena antes do dia 19 se faça com culto particular e com benção do

SSmo. Acrescentando-se no mesmo dia 19 o Acto de consagração da Companhia ao mesmo Santo patriarcha. [...] (PINTO, Pe. Antônio Oliveira. Carta. Murcia, 6 de Março de 1918).

Como atestaram Foulquier(1940) e Azevedo(1986) em seus estudos, tanto para a fundação, quanto para a continuidade do colégio jesuíta no Recife, esta dúvida e dilema foram constantes. Apesar de os convites, desde a chegada dos jesuítas portugueses ao Brasil, para também fundarem um colégio em Recife, embora esses o desejassem aceitar pela posição geográfica estratégica da cidade do Recife, em relação ao Nordeste, titubeavam e condicionavam uma aceitação apenas ao número de seus quadros disponíveis. Outro documento nos serve de apoio e, com base no insistente e irrecusável convite de Dom Sebastião Leme, foi anuído à fundação do Colégio Manuel da Nóbrega:

O Sr. Arcebispo insiste em que se abra quanto antes Collegio em Pernambuco;coincide este pedido com identico desejo do R. P. Prov. O Sr. Arceb. contentava com uns 6 Padres e com os 3 primeiros annos. Se o pessoal não fosse sufficiente poder-se-hiam facilmente(contratar) por 50\$rs mensaes bons professores de fora.Se nós não abrimos collegio, abre ele um por sua conta e depois ser-nos-hia difficil estabelecer lá collegio nosso. (CONSULTA da Missão Portuguesa, de 21 de dezembro de 1916, p. 147)

A cidade do Recife, em termos de assistência educacional católica, já tinha um razoável número de instituições educacionais se compararmos com outras realidades da época no Nordeste e Norte do Brasil. Para Azevedo(1986, p.111) o desejo de Dom Sebastião Leme *estava*, visionariamente, para além de um colégio, já se antevia os horizontes da educação superior. O que de fato viria a se concretizar em décadas posteriores com a Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

Para a criação do Colégio Nóbrega, Dom Leme vendeu aos jesuítas sua residência, assim o colégio teve como instalação inicial a histórica residência episcopal, o Palácio da Soledade. A sociedade pernambucana, de uma forma geral, aceitara tal venda para a criação do colégio, apesar de algumas contestações públicas na época, bem como alguns anos depois, inicialmente por parte do historiador F. A. Pereira da Costa que julgava um acinte ao patrimônio histórico pernambucano a venda da tradicional e histórica residência do arcebispado pernambucano a estrangeiros, bem como, em caso de ser irremediável tal transação, que ao menos se homenageasse a quem ele considerava um brasileiro nato, o Pe. Antônio Vieira e não a Manuel da Nóbrega. Em 1921 foi a vez de se reascender o caso em público com a publicação de uma crítica a

essa venda, no jornal *A noite* feita pelo Cônego Antônio Arcoverde de Casemiro Tavares Dias, irmão do Cardeal Arcoverde, segundo Azevedo (1986, p.111-112).

Dom Leme se defendeu, bem como aos jesuítas e o episódio foi continuado, desta vez, com a defesa pública do Cabido, com uma declaração pública de apoio, no mesmo jornal, a Dom Leme e aos jesuítas portugueses como podemos constatar a seguir:

Nos, abaixo assignados, membros do Cabido Metropolitano, de Olinda e Recife, lamentando profundamente a carta publicada no jornal 'A Noite' com a assignatura 'Antonio Arcoverde', carta que reputamos injuriosa ao nosso excelentíssimo Arcebispo e aos virtuosos padres Jesuítas, em nome da primeira corporação da Archidiocese e em nosso próprio nome, protestamos a nossa completa e decidida solidariedade com o benemérito Dom Sebastião Leme, apóstolo da união catholica em Pernambuco e dignissimo continuador das glorias da Igreja Olindense.

Sala Capitular em Olinda, 14 de junho de 1921.

Deão Jose Pereira Alves
 Cônego Jerônimo d'Assumpção, Thesoureiro-Mór
 Cônego Jonas Taurino de Andrade, Mestre Escola
 Cônego José Ambrosino Leite, Arcediago
 Cônego Dr. José do Carmo Baratta
 Cônego Henrique Xavier
 Cônego José de Sá Leitão
 Cônego Dr. Benigno Lyra
 Cônego Alfredo Xavier Pedroza
 Cônego Luiz Gonzaga da Silva
 (A TRIBUNA, 16.jun 1921, p. 1)

O Colégio Manuel da Nóbrega, ou apenas Colégio Nóbrega, como já vimos, teve sua inauguração no dia 18 de março de 1917 com vinte e sete estudantes, sendo nove internos, três semi-internos e 15 externos, conforme dados colhidos na carta do Pe. José Celestino Balazeiro, Reitor do colégio, ao Pe. Provincial (BALAZEIRO, Pe. José Celestino. Carta. Recife, 31.mar.1917). É importante destacarmos que a inauguração e o início das aulas se deram com atraso, pois as atividades dos outros colégios, especialmente os católicos, já haviam iniciado, todavia no final do mesmo ano, o Colégio Nóbrega já contava com noventa e três alunos matriculados (FOULQUIER, 1940, p.83). Analisando os números, eles patenteiam uma expressiva aceitação e reconhecimento da educação jesuítica pela sociedade pernambucana, pois, apenas em 10 meses o número de estudantes confiados aos jesuítas triplicou, fato notável, tendo em vista que a) havia um considerável número de colégios em Recife, inclusive católicos;

b) as aulas já haviam iniciado nos outros estabelecimentos e c) o episódio das críticas públicas, no jornal *A noite*, em relação à venda do Palácio da Soledade para os jesuítas instalarem seu colégio.

Este reconhecimento ascendente se evidenciou nos anos seguintes até o final de 1919, com o fim da gestão do Pe. José Celestino Balazeiro que fora substituído pelo então superior da Missão do Brasil, o Pe. João Batista Gonçalves. Em termos numéricos, os documentos registram que em julho de 1918, um ano e quatro meses da fundação, o Colégio Nóbrega já dispunha de cento e noventa alunos, destes sessenta e dois eram internos, vinte e três semi-internos e cento e cinco externos (BALAZEIRO, Pe. José Celestino. Carta. Recife, 30.ago.1918) . Um aumento superior a setecentos por cento! Surpreendentemente os números chegam a marca superior a mil por cento em dois anos, isto é, em 1919 o número de estudantes atingira a marca de trezentos e dez (FOULQUIER, 1940, p.84).

A presença e atuação dos jesuítas em Recife, para além das atividades escolares, foram evidenciadas no episódio da epidemia espanhola, no final do ano de 1918, fato que fizera com que as aulas fossem suspensas. Os jesuítas saíram do colégio e foram prestar ajuda e ministrar os sacramentos aos desvalidos do Recife, fato que ampliou o reconhecimento dos mesmos, frete à sociedade pernambucana (FOULQUIER, 1940, p.84).

Indubitavelmente as instalações do Palácio da Soledade não comportavam tamanhas demandas, bem como não respondia a contento às exigências da necessidade de espaços e acomodações condizentes a efetivos ambientes e espaços escolares. Sucedeu-se a isso, inicialmente uma indicação de ampliação do prédio, todavia demovida pelos consultores da Missão que sugeriram a construção de outro prédio; entretanto o Pe. Celestino alugou o prédio e a casa do antigo “Quartel” dos fundos do colégio que mais tarde, somente em 1921, foram comprados pela Companhia de Jesus e, posteriormente, construído um prédio adequado às exigências da demanda (AZEVEDO, 1986, p.116-117; FOULQUIER, 1940, p.85).

Cabe-nos retomar os números de alunos em 1920, quando o Pe. João Batista Gonçalves, substituto do Pe. Celestino recebe os trezentos e seis matriculados da gestão anterior e um ano posterior a sua nomeação há uma considerável queda na entrada de alunos, bem como saída. Isto se evidencia a ponto de em 1921 haver apenas duzentos e vinte e oito matriculados, o que equivale, em termos numéricos a uma saída de setenta e

oito estudantes e em termos percentuais a aproximadamente vinte e cinco por cento, em relação ao ano anterior.

Em carta do Pe. Antônio Pinto, já como superior da Missão do Brasil e não mais como Provincial da Província portuguesa, indaga ao Pe. João Batista Gonçalves as razões de sua carta, que a seu ver ensombra as antigas narrativas, do mesmo Pe. Gonçalves sobre o colégio, antes de assumir o Reitorado, conforme podemos atestar no trecho a seguir:

Ontem recebi a carta de VR. de 20 corrente. A impressão que me deixou a sua leitura foi a mesma que me tem feito a leitura de outras cartas de VR; a saber: que VR., depois que está ahi de Reitor, mudou de opinião a respeito desse Collegio. As informações que VR. delle me deu quando tomei conta do cargo de Sup. Da Missão, eram optimistas; as que VR. me dá agora são carregadas de sombras. Parece que os alumnos de Recife já não são aquelles meninos dóceis, bem educados, amigos dos padres...; que o Collegio de tantas esperanças já não as dá como antes... Verdade seja que VR. se limita a representar agora na sua carta a falta de pessoal; mas esta existia, e maior ainda, no tempo do P. Celestino; porque já foi depois que eu mandei para ahi 3 excellentes professores: P. Meyer, P. Geraldese, e, há pouco, o P. Maher; e comtudo, VR. mostrava outras esperanças e outro animo a respeito do Collegio do Recife. (PINTO, Pe. Antônio Oliveira. Carta. Bahia, 23 – XI - 1920).

O trecho selecionado nos possibilita ver como a utilização das cartas pelo Pe. Pinto é didática, estratégica e avaliativa do processo de acompanhamento dos seus, tanto evidencia os movimentos de mudanças, quanto suas contradições, a ponto de ajudar ao seu remetente um retorno reflexivo sobre seu governo. Não obstante, segundo Azevedo (1986, p. 117) o modo de governar do Pe. Gonçalves e sua visão da educação no colégio eram distintas do que encontrara, queria a qualidade e se deparou com o contrário. Agiu com rigor e talvez, excessivamente. “Expulsou muitos, segundo ele, aqueles que “não tinham esperança de serem educados” Além, desses, outros foram reprovados nos “exames de passagem”“. E, certamente com uma dose de ironia, Azevedo destaca que “e outros externos saíram espontaneamente”, e que esta fora de uma espontaneidade nascida com a presença do Pe. Gonçalves.

Ainda neste cenário, Azevedo (1986, p. 117) levanta uma série de indagações sobre as possíveis explicações destas dificuldades encontradas no colégio do Recife, sob a nova gestão, como: teriam sido os professores? O espaço físico, etc., por fim, ele mesmo levanta uma possível explicação ancorada no demasiado aumento do número de

alunos, sem uma proporcional adequação tanto do espaço físico, quanto do necessário acompanhamento pedagógico.

A partir do que pudemos acessar no material das cartas e outros documentos, ampliamos as hipóteses de investigação com talvez fecundas incursões sobre as dificuldades de adaptação daqueles missionários e o desejo do retorno para Portugal, de certo modo, terem limitado um adensamento da proposta inaciana, no Colégio Nóbrega, às características e traços da cultura brasileira? Os jesuítas portugueses tinham interesse em aprofundar estes aspectos?

A guisa de conclusão, podemos destacar que o cotejamento das fontes primárias nos possibilitou evidenciar, entre outros aspectos, que:

a) a ação dos inacianos portugueses fora marcada por uma constante lembrança da expulsão, vivência do exílio, e desejo de retorno para Portugal;

b) tal fato, embora não os impedindo de dar continuidade, com êxito, a sua missão educativa, de certa forma, os colocavam, permanentemente, em estado de reserva quanto a desenvolverem e ampliarem suas atividades, desde a decisão de fundação do Colégio Nóbrega, até sua ampliação e,

c) certa resistência e dificuldade de abertura para (re)conhecer a realidade política, religiosa e educacional nacional e local.

Como no início deste trabalho mencionei a carta, como prática de escrita, de registro de intenções e comunicação, cabe asseverar que seu uso como fonte de pesquisa nos possibilitou desvelar aspectos importantes da presença e atuação dos jesuítas portugueses, na época em foco, evidenciando as suas tramas e tessituras, na história da educação em nossa terra.

Referências:

- ARAÚJO, Antônio de. As ordens e as congregações religiosas e o direito republicano. In: ABREU, Luis Machado de; FRANCO, José Eduardo(Coord.). **Ordens e Congregações Religiosas no Contexto da I República**. Lisboa: Gradiva Publicações, 2010.
- A TRIBUNA, Recife, 16.jun 1921. (Jornal)
- AZEVEDO, Ferdinand. **A Missão Portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste Brasileiro**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 1986.
- BALAZEIRO, Pe. José Celestino. **Carta**. Recife, 31. mar.1917.
- _____. **Carta**. Recife, 30.ago.1918.
- BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V. M.. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. 11ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- CALAFATE, Pedro, “Apresentação da Edição Portuguesa”. In: LEROY, Michel. **O Mito Jesuíta**. Lisboa, Roma Editora, 1999.
- CARVALHO, J. Vaz de. António da Costa e Oliveira Pinto. In: **Diccionario Histórico de la Compañia de Jesús**. Madrid-Roma, Universidade Pontificia Comillas, Institutum Historicum Societatis Iesu, 2001.
- CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho ;
- QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; ARAUJO, José Edvar Costa de . (Org.). **História da Educação: República, Escola e Religião**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.
- COELHO, António José. (org.). **Santo Inácio de Loiola**. Cartas. Braga, Editorial A. O., 2006.
- CONSULTA da Missão Portuguesa. 1911-1938.
- FOULQUIER Joseph H. **Jesuítas no Norte: segunda entrada da Companhia de Jesus (1911-1940)**. Salvador, Vice-Província da Companhia de Jesus no Brasil Setentrional, 1940.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. 2ª ed. 34ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GATZHAMER, Stefan. Antijesuitismo europeu. In: **Lusitana Sacra**. 2ª Série, 1993, Tomo V, p. 159.
- MENDES, Pe. Candido. **Carta**. Tuy, 27 de dezembro de 1920.

PINTO, Pe. Antônio Oliveira. **Carta**. Tuy , 23 – II – 1917 .

_____. **Carta**. Tuy ,15 – IX – 1917.

_____. **Carta**. Murcia, 6 de Março de 1918.

_____. **Carta**. Bahia, 23 – XI – 1920.

ROMEIRAS Francisco Malta; LEITÃO, Henrique. Jesuítas e Ciência em Portugal.

Revista Brotéria .174 (2012) p.9-20. Disponível em:

http://webpages.fc.ul.pt/~fmromeiras/Broteria_/Artigos_files/Jesui%CC%81tas%20e%20Cie%CC%82ncia%20em%20Portugal_I.pdf. Acesso em 23.mai.2012.

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. *A Formula Scribendi* na Companhia de Jesus: Origem, Leitura Paleográfica e Fonte Documental para o Estudo da Ação dos Jesuítas.

X Encontro Estadual de História – O Brasil no Sul: Cruzando fronteiras entre o

Regional e o Nacional. UFSM/UNIFRA, 2010. Disponível em: [www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/.../1279402723_ARQUIVO_ST01-](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/.../1279402723_ARQUIVO_ST01-Ahistoriografiaentreoparticular_TextoAnaisdeLuizFernandoRodrigues.pdf)

[Ahistoriografiaentreoparticular_TextoAnaisdeLuizFernandoRodrigues.pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/.../1279402723_ARQUIVO_ST01-Ahistoriografiaentreoparticular_TextoAnaisdeLuizFernandoRodrigues.pdf) Acesso em 23.jun.2012.